

Discurso

(Plano e Orçamento 2014)

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Estamos a viver momentos verdadeiramente históricos. Momentos históricos na medida em que a nossa organização social e o nosso modo de vida estão a ser colocados em causa de uma forma muito violenta. Existe uma enorme pressão da conjuntura e das mãos invisíveis, e nada limpas, do mercado para que nada fique como antes. Para que não fique pedra sobre pedra de um sistema social tendencialmente mais igualitário, solidário e justo.

Ninguém contestou, nos últimos anos, o paradigma da História linear. O progresso irreversível das condições de vida de todos. A ideia - a convicção - de que nós vivemos melhor que os nossos pais e avós e que os nossos filhos e netos lograriam superar a nossa qualidade de vida.

Por tudo isto – por culpa desta ilusão – estes são tempos tão difíceis de enfrentar. É como se tudo isto não fosse mais que um pesadelo. Um sonho terrível de uma noite mal dormida. É difícil enfrentar uma realidade que supera as piores perspetivas dos Velhos do Restelo, que habitam em cada um de nós.

Nenhum de nós está verdadeiramente preparado para abandonar o futuro. A esperança em dias melhores e redentores. É por isso que a religião constitui a mais persistente manifestação humana. Todos estamos prontos para abdicar do presente, desde que nos garantam o futuro.

Mas é precisamente esse futuro que nos é negado pelos profetas do neoliberalismo. O nosso e o dos nossos filhos e netos. E até o futuro de quem já o tinha começado a viver: o dos pensionistas e reformados.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Meus senhores! O futuro da sociedade neoliberal é a escravatura dos trabalhadores e a construção de uma sociedade com apenas duas classes: a dos que sobrevivem e a dos poucos privilegiados que vivem grandes tempos à custa do futuro de todos os outros.

Nestas circunstâncias, a nossa resposta é cerrar fileiras ao lado de todos aqueles que não abdicam da sobrevivência de uma sociedade solidária. De uma sociedade na qual é proporcionada uma educação pública gratuita a todas as crianças e jovens dos Açores.

Uma educação que dote os nossos jovens de conhecimentos, competências e valores humanistas. Uma educação que seja sinónimo de igualdade de oportunidades. Uma educação que permita que todos, à custa do trabalho e da superação, possam vir a ser aquilo que um dia sonharam ser. Uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos. Este Orçamento e este Plano garantem esse princípio. Um princípio que para nós é sagrado e intocável.

Temos, no entanto, um enorme desafio para superar na área da educação: arrancar as nossas escolas e os nossos alunos dos últimos lugares das listas de classificações obtidas nas provas e exames nacionais. Eu não aceito para os alunos açorianos um rótulo destes. Eu não aceito esta fatalidade.

Temos, todos nós, desde o Governo Regional, aos deputados da oposição, às famílias, aos alunos e aos professores, de alterar esta situação. Cabe à escola pública derrotar o fatalismo do neoliberalismo que postula que não é possível alterar a realidade social subjacente aos maus resultados escolares. É uma ideia perigosa, na medida em que a conclusão de que as escolas não conseguem derrubar circunstâncias sociais e familiares adversas, convida ao desinvestimento no sistema educativo público. Nada vale a pena fazer, na medida em que nada pode ser alterado.

Isto é falso! É possível melhorar, e muito. É possível através da dedicação sem limites dos professores e das escolas. Cada professor tem uma batalha a vencer. Cada aluno – todos os alunos – têm de ser transformados num caso de sucesso. É por isso que o PPM propõe a criação de um programa de tutorias escolares, que permita a dedicação exclusiva do sistema educativo a cada aluno em particular. Que permita que o professor-tutor esteja por perto e solidário nas dificuldades. Que



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

motive a melhoria e o sucesso. Que sonhe ao lado do aluno e partilhe as suas dificuldades. Que se entusiasme com o seu progresso.

O sucesso de muitos, individualmente considerados, significará, certamente, a vitória e a superação de todos nós.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

É o Estado Social que aqui se defende! O Orçamento e o Plano é o maior de todos os instrumentos ideológicos. Nele se estabelecem prioridades reais e escolhas que assinalam presenças e ausências. Temos de redistribuir de forma justa aquilo que é de todos e no âmbito desse processo não matar a galinha dos ovos de ouro. De nada nos serve dar tudo hoje e não ter nada para dar amanhã. É por isso que ao lado do Estado Social deve estar a preocupação em reunir recursos económicos e desenvolver estratégias que promovam o crescimento económico.

Para que este crescimento económico seja possível, é necessário que as empresas criem emprego e que todos os setores de atividade potenciem a sua capacidade de criar riqueza. Para ajudar nesse processo temos de criar as infraestruturas adequadas, instalar de forma racional todas as redes de mobilidade interna, desenvolver instrumentos fiscais justos e adequados e apoiar, também de forma justa e transparente, a capacidade empreendedora de todos os que desenvolvem projetos e atividades económicas viáveis.

No caso dos Açores, dada a nossa limitada capacidade de exportação, é necessário começar por potenciar o nosso mercado interno. Unificando-o de ponto de vista espacial – através do desenvolvimento de boas ligações marítimas e aéreas –, mas também protegendo o poder de compra dos açorianos. É por isso que apoio a compensação regional de todos os cortes nos vencimentos das pessoas e a limitação da carga fiscal ao mínimo justo, funcional e legal.

Nenhuma economia funciona se as pessoas não tiverem dinheiro para adquirir os bens produzidos. Tudo isto constitui uma verdade universal, mas é ainda mais inquestionável nos Açores. Destruir os rendimentos das pessoas em ilhas com uma dimensão demográfica



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

reduzida é condenar grande parte do tecido empresarial local à completa destruição. A economia dos Açores não pode trilhar esse caminho.

Esta última premissa transporta-nos para a questão autonómica. A pergunta é: temos ou não o direito de efetuar escolhas diferentes e decidir de forma diferente nos Açores. Os órgãos de governo próprio dos Açores têm ou não legitimidade democrática, constitucional e as que resultam do direito natural dos povos para decidir de forma diferente de Lisboa? Temos, ou não, essa faculdade?

A minha resposta é sim, temos! Temos mesmo que os outros achem que não temos. Temos! Temos de ter!

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Em Lisboa, este e outros governos – olhando através das suas secretárias voltadas para o Tejo majestoso de onde partiram as naus que conquistaram o mundo – ainda pensam, ainda agem, como se fossem a cabeça de um império. Uma cabeça que perdeu o corpo e quase todos os seus membros, mas que ainda mantém os hábitos e os trejeitos de um império que durou quase seis séculos.

O império sempre negligenciou as periferias e as deixou à sua sorte nos momentos de dificuldade. Mesmo assim, as periferias portuguesas sempre resistiram e sobreviveram. Habituararam-se a resolver os seus problemas na ausência do Estado.

Hoje, nos Açores, o Estado, novamente em dificuldades, porta-se como sempre se portou. Fragilizou a nossa Universidade até ao limite do suportável. Não protege e fiscaliza, convenientemente, o mar dos Açores. Negligenciou gravemente a RTP/Açores. Diminuiu, de forma inaceitável, o dispositivo policial e os mecanismos de segurança coletiva. Aumentou, duplamente, a carga fiscal nos Açores por via do aumento nacional dos impostos, facto que a diminuição do diferencial fiscal açoriano irá agravar muito significativamente. Diminuiu as transferências do Orçamento de Estado e vulnerabilizou, de uma forma geral, as funções do Estado nos Açores.

Nada disto é novo e nada disto pode ser atribuído a um partido específico. O mal é geral e atravessa todo o espaço partidário português.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Como se tudo isto não bastasse, o Estado nomeou um embaixador do centralismo, que aqui exerce as funções de Representante da República. Trata-se de uma espécie de inquisidor-mor. Um personagem político não eleito, não representativo e de nula legitimidade democrática.

Uma figura que só aqui está para assegurar que a vontade de Lisboa prevalece e que a nossa Autonomia obedece, a bem ou a mal. Foi assim na questão das 35 horas e também na questão da jurisdição e exploração do mar dos Açores. Também será assim – não é difícil perspetivar – em todas as questões sociais em que o Parlamento Açoriano decida e legisle no sentido de criar mecanismos de compensação social.

Meus senhores! Nada disto é admissível. Temos de preparar-nos para dar o bom combate. Os açorianos não aceitarão um retrocesso no processo autonómico. Por nós, Partido Popular Monárquico, a corda não se parte. Estamos prontos para ir tão longe quanto for necessário.

Por tudo isto, o PPM insiste na adoção de fortes medidas de promoção da identidade açoriana. Na criação da disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores, na criação de seleções desportivas próprias, na criação de um domínio de primeiro nível na internet, na defesa e divulgação dos falares dos Açores, na proteção do património cultural imaterial dos Açores e muitos outros projetos desta natureza e com estes fins.

Os Açores já não são uma pequena parte deste país. As nossas áreas terrestres e marítimas representam cerca de 60% do total da área sob soberania ou jurisdição nacional, tendo em conta o projeto de alargamento da Plataforma Continental entregue na ONU. Representamos muito do futuro e da esperança deste país. Seremos solidários, como sempre fomos, mas os Açores têm de assegurar uma parte justa de todo este potencial e da sua respetiva gestão.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

O Governo Regional anunciou predisposição para encontrar convergências e dialogar com as diversas oposições. Da parte do PPM, a nossa predisposição para o diálogo é total. A nossa prioridade política centra-se no combate aos mostrengos neoliberais e centralistas.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Neste contexto de particular gravidade para a Autonomia Açoriana, o PPM privilegia a unidade autonómica e uma demonstração de força dos mecanismos de autogoverno dos Açores.

Conseguimos encontrar espaços de convergência política suficientes no Plano e Orçamento, para que nos seja possível anunciar, pela primeira vez na nossa História Parlamentar, a abstenção no Orçamento e a votação favorável do Plano.

O PPM diz, desta forma, presente na batalha que é necessário travar contra as correntes neoliberais que querem destruir o Estado Social e fragilizar o processo autonómico. Este é o sentido último do nosso voto.

Disse!

O Deputado
Paulo Estêvão